



Câmara Municipal de Guarapari
Estado do Espírito Santo

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº. 004/2026

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A
CONCEDER ABONO PECUNIÁRIO AOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS,
INATIVOS E PENSIONISTAS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A COMISSÃO DE REDAÇÃO E JUSTIÇA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário **APROVOU a seguinte**

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder abono pecuniário, em caráter excepcional e transitório, aos servidores públicos municipais ativos, bem como aos inativos e pensionistas, em exercício no mês de janeiro de 2026, da Administração Direta e Indireta, integrante da Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. O abono de que trata esta Lei será concedido considerando-se o período aquisitivo compreendido entre os meses de janeiro e dezembro de 2025, aos servidores ativos, aposentados e pensionista, integrantes da folha de pagamento relativa ao mês de janeiro de 2026, observadas as condições estabelecidas nesta Lei.

§1º. O valor integral do Abono Pecuniário será pago de acordo com tabela a seguir:

Salário base de Dezembro de 2025:		Valor do Abono
DE:	Até:	
0,00	R\$ 2.500,00	R\$ 1.500,00
R\$ 2.500,01	R\$ 5.000,00	R\$ 1.000,00
Acima de R\$ 5.000,00		R\$ 500,00

§2º. O cálculo do valor a ser concedido a cada servidor será feito a proporção de 1/12 avos por mês trabalhado no período indicado no caput e para tanto, considera-se 1/12 o período de 15 (quinze) dias ou mais dentro do mês trabalhado.





Câmara Municipal de Guarapari

Estado do Espírito Santo

§3º. O pagamento do Abono Pecuniário de que trata essa Lei, será pago em parcela única no mês de janeiro de 2026, junto com o pagamento da remuneração mensal dos servidores.

Art. 3º Não farão jus ao abono previsto nesta Lei o Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito, os Secretários Municipais, os ocupantes de cargos eletivos em geral, bem como os demais agentes políticos, submetidos ao regime de subsídio, na forma do art. 39, § 4º, da Constituição Federal, além dos servidores recebidos em cessão e aqueles que se encontrem em licença sem vencimento.

I – possui natureza indenizatória;

II – não se incorpora à remuneração, vencimentos, proventos ou pensões para quaisquer efeitos legais;

III – não servirá de base de cálculo para vantagens pessoais, gratificações, adicionais, contribuições previdenciárias ou encargos trabalhistas;

IV – não gera direito adquirido ou expectativa de direito para exercícios futuros.
Parágrafo Único. Sobre o valor do abono não incidirão descontos e vantagens pessoais, exceto se a legislação em vigor assim o determinar.

Art. 5º. A concessão do abono fica condicionada à:

I – existência de dotação orçamentária própria;

II – prévia verificação do cumprimento dos limites e condições previstos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

III – observância das normas orçamentárias e financeiras vigentes.

Art. 6º. O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do Art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal fará jus à percepção de um único abono, verificada a distinção pelo Cadastro de Pessoa Física da Receita Federal.

Parágrafo Único. O servidor que acumular lícitamente duas ou mais matrículas (aposentado, pensionista e na administração direta) no âmbito das empresas públicas que compõem a estrutura organizacional do Município de Guarapari receberá um único abono de que trata esta lei, tendo como base para aplicação da tabela do art. 2º, § 1º desta Lei, o resultado a soma dos vínculos.

Art. 7º. Para subsidiar as despesas decorrentes desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, se necessário, junto ao orçamento vigente.

Art. 8º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder à transferência de recursos financeiros ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais –





Câmara Municipal de Guarapari
Estado do Espírito Santo


IPG, destinados a fazer face às despesas decorrentes do pagamento do abono pecuniário aos servidores inativos e pensionistas, na forma estabelecida no art. 1º desta Lei.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guarapari/ES, 15 de janeiro de 2026.

COMISSÃO DE REDAÇÃO E JUSTIÇA


ROSANA PINHEIRO
Presidente


DITO XARÉU
Relator "ad hoc"


ANSELMO BIGOSSI
Membro

Autoria do Projeto: Prefeito Municipal

Autoria da Emenda Modificativa/Aditiva nº 001/2025: Ver. Sabrina Astori

